

O movimento separatista do Triângulo Mineiro*

*Rogata Soares Del Gaudio Longhi***

Resumo:

Nosso objetivo neste artigo é evidenciar a construção de identidades espaciais regionais como um processo político-ideológico. A partir de um estudo de caso — o movimento separatista do Triângulo Mineiro, em 1988 — procuramos também desvendar algumas contradições presentes na relação nacionalidade-regionalismo. Procuramos mostrar que processos que concorrem para a formação de comunidades nacionais podem ser absorvidos por suas unidades constitutivas — os Estados.

“O espaço não é um objeto científico afastado da ideologia e da política; sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem uma aparência de neutralidade e indiferença em relação a seus conteúdos e, desse modo, parece ser ‘puramente formal’, a epítome da abstração racional, é precisamente por ter sido ocupado e usado, e por já ter sido o foco de processos passados cujos vestígios nem sempre são evidentes na paisagem. O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. O espaço é político e ideológico. É um produto literalmente repleto de ideologias” (Lefebvre citado por Soja, 1993: 102).

Nosso trabalho versa sobre Minas Gerais. Não sobre a Minas poética, decantada pelos artistas e intelectuais mineiros, nem aquela das montanhas, terra-pátria.

Trabalhamos com algumas contradições políticas — que se expressam também no imaginário das Minas — explicitadas pelo movimento separatista do Triângulo Mineiro. Movimento que não reivindicava a formação de um outro Estado nacional, apenas transformar-se em mais uma unidade da Federação brasileira.

Este movimento e seus desdobramentos evidenciam como o espaço é “literalmente um processo repleto de ideologias”, construções e reconstruções, assentadas sobre características espaciais objetivas.

O espaço é efetivamente político e estratégico: basta verificar as interrelações entre o Triângulo e São Paulo, a negativa em pertencer ao “espaço mineiro” e as construções culturais e imagéticas do “ser

* Este texto baseia-se na dissertação de mestrado “Unidade e fragmentação: o movimento separatista do Triângulo Mineiro.”

** Mestre em Ciências Sociais (PUC-SP) e membro do Neils.

triangulino". Neste artigo, apresentamos algumas das relações entre espaço, ideologia e política.

Para os "triangulinos", a realização da Assembléia Nacional Constituinte em 1988 transformou-se num momento privilegiado para a criação do "seu" Estado. Para os "mineiros", a luta pela preservação da integridade territorial do Estado constituiu-se em uma espécie de reiteração-resgate da "mineiridade", que acabou por engendrar e congregar uma reorganização social dos atores envolvidos.

Os embates "triangulinos" *versus* "mineiros"¹ ocorreram através da imprensa escrita, que reproduziu o discurso dos atores envolvidos no processo, no Congresso Nacional, com uma articulação política tanto de "bastidores" quanto na apresentação de emendas separatistas à Constituição; e, por fim, na articulação política dos "mineiros" tentando evitar que estas emendas fossem aprovadas.

Tanto triangulinos quanto mineiros apresentaram aos Congressistas e à população justificativas consideradas "plausíveis" para a criação de um novo Estado, e para a *não* efetivação deste processo.

O que procuraremos destacar são os vários argumentos apresentados por ambos os lados para alcançar seus objetivos. O estudo desse movimento propiciou, ainda, reflexões a respeito da interação de processos nacionais com processos regionais. Até que ponto argumentos usados para definir Estados Territoriais Nacionais são absorvidos e reproduzidos por movimentos que ocorrem em seu interior?

O movimento não pretendia a separação política da Nação² brasileira, mas a autonomia frente a Minas Gerais. Verificamos que discursos a respeito do Estado Nacional e sua soberania são incorporados pelos atores. Para alcançar este objetivo, estes se utilizaram de conceitos como "soberania", "maioridade" , "direito à autodeterminação".

Todavia, esse movimento se materializa no Estado que se apresenta como "síntese da brasilidade". Se ocorre no Estado que, no plano nacional, "possui características psicológicas e sociológicas que permitem identificar a grande singularidade regional dos mineiros frente à identidade nacional", como estará a articulação territorial brasileira? Outra questão com a qual nos deparamos diz respeito à participação popular, tanto em um movimento quanto em outro: até que ponto este discurso teve repercussão popular? Até que ponto foi incorporado por todas as camadas da população? O que observamos foi uma articulação das elites regionais. O "povo" aparece como coadjuvante do processo, embora os atores envolvidos falassem em seu nome e afirmassem, a todo momento, a legitimidade de suas campanhas porque assentadas sobre a "vontade popular" .

Merece referência ainda o processo de debates que se organizava naquele momento político brasileiro: a realização da Assembléia Nacional Constituinte abriu a possibilidade para o afloramento dos regionalismos e a discussão a respeito do Estado territorial brasileiro.

1. Consideramos triangulinos e mineiros comunidades imaginadas, no sentido atribuído por Anderson (1989). Por isso, não os colocaremos entre aspas no decorrer do artigo.

2. Utilizaremos o conceito de "nação" de Anderson (1989: 14): "comunidade política imaginada — e imaginada como implicitamente limitada e soberana." Todavia nossa análise se volta para um estudo de caso dentro de um Estado nacionalmente constituído. Por isso, muitos defensores da integridade territorial mineira consideram-na "soberana". Não se trata do conceito clássico de soberania adotado por Anderson. De nossa parte, incorporaremos à análise do nosso objeto, aspectos da conceituação utilizados por este e por outros autores.

O movimento separatista triangulino de 1988 possui algumas similaridades com aqueles que objetivam a criação de "Estados Nacionais": a afirmação de uma identidade com base no território, na antigüidade histórica do movimento e na vontade popular. Todavia, ele ocorre dentro de um Estado nacionalmente constituído e, justamente, naquela unidade que se auto-proclama "geratriz", "equilíbrio entre os extremos", "berço cívico da brasilidade". Os triangulinos fizeram uma tentativa de criar nova identidade a partir de uma negação- incorporação da mineiridade, onde o "gosto pelo moderno" e o "horizonte largo" se opõem à "opressão da montanha" e ao "conservadorismo".

Este movimento deixa entrever alguns problemas inerentes à Federação brasileira: uma certa contradição entre a "identidade nacional" e as várias "identidades regionais"; a tensão entre propostas de centralização e descentralização administrativa; a luta por recursos econômicos e investimentos, que ocorrem tanto no plano nacional, quanto regional e intra-estadual. Como exemplos citamos a luta travada entre os diversos Estados brasileiros por maior representatividade no Congresso; a alocação de investimentos e a distribuição de empresas com os Estados oferecendo vantagens comparativas que somente dilapidam mais rapidamente seus recursos e seu ambiente. Uma disputa que o governo federal parece estar deixando acontecer e da qual vem se afastando em nome de uma aparente política de descentralização administrativa. Entre os anti-separatistas, um argumento muito comum aponta o separatismo como uma maneira de pressionar o governo estadual a realizar mais investimentos no Triângulo.

De certo modo, o discurso anti-separatista até fomenta um certo preconceito em relação ao movimento separatista, pois, se "esta área é rica", tal riqueza foi adquirida a partir dos investimentos realizados pelo governo estadual. Para os mineiros, portanto, os separatistas apenas se utilizam desse movimento com o objetivo de conseguir mais investimentos e mais atenção do governo estadual, em detrimento das áreas mais pobres. E significaria uma perda dos investimentos já realizados no Triângulo pelo Estado.

Esse discurso é nosso conhecido: os "paulistas, mais ricos e principais produtores da riqueza nacional" exigem maior representatividade política no Congresso Nacional; os "nordestinos, por serem os mais pobres", requerem maior atenção do governo federal e são confortados com sua maior representatividade política relativa; os "sulistas" reivindicam a autonomia, o direito à formação de um novo "Estado Nacional" a partir de suas diferenças culturais, de colonização e territoriais frente ao resto do país. Observamos tantas contradições na conformação territorial brasileira quanto as que perpassam o território mineiro. Neste sentido, talvez Minas faça sim a "síntese do Brasil" ao reproduzir em seu território historicamente constituído as mesmas contradições presentes na construção do Estado brasileiro.

Destacou-se em nossa pesquisa empírica a apropriação e reelaboração do espaço no plano simbólico-ideológico: Minas seria o estado

3. Utilizamos o conceito de região não apenas em seu sentido fisiográfico ou econômico, mas principalmente em seu aspecto ideológico. Uma região possui especificidades territoriais — relevo, climas ou outros — e possui relações econômicas — nodais, de centralidade ou outras — mas é sobretudo, produto de construções ideológicas elaboradas e reelaboradas historicamente. Para nós, portanto, região é uma realidade fisiográfica e econômica, mas é sua apropriação simbólico-ideológica que a diferencia e mais, que a torna “singular” frente a outros espaços. “A diferenciação regional nos e entre os locais, por sua vez, é o cenário de um regionalismo contingente, de uma consciência e assertividade ativas de determinadas regiões diante de outras regiões, como recintos

“montanhoso”, embora o conceito de montanha não se aplique efetivamente ao Brasil em nenhuma porção de seu vasto território. O Triângulo, ao contrário, seria a região³ das “planícies”, embora efetivamente estas sejam pequenas frente ao espaço regional.

Percebemos, a partir dos embates entre triangulinos e mineiros, a construção das desigualdades espaciais como partes integrantes, conflitantes e necessárias à reprodução do capital. É o próprio capital, em seu desenvolvimento histórico, que privilegia determinadas regiões dentro do mundo e dentro do Estado nacional. Ao privilegiar historicamente tais áreas, permite uma continuidade no processo de concentração espacial da renda e dos lucros. Isto, conseqüentemente, acaba por engendrar conflitos territoriais e alocação de recursos.

No caso do Triângulo, sua posição geográfica historicamente privilegiada — zona de passagem, de ligação do sertão com o centro-sul — além da proximidade geográfica e cultural com São Paulo, favoreceu o processo inicial de concentração de capital. As inversões de capital realizadas na região a partir da construção de Brasília, os investimentos em tecnologia agrícola — através do Prodec (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) — potencializaram historicamente esta acumulação. Associado a estes fatores econômicos, encontramos na região rios caudalosos, volumosos, de planalto, próximos a um mercado consumidor de energia em expansão, solos ou naturalmente férteis ou passíveis de cultivo, clima ameno e recursos minerais estratégicos tanto para a indústria (nióbio e titânio) quanto para a agricultura (fosfatos). Temos assim as condições históricas e espaciais que alçaram o Triângulo e o Alto Paranaíba a uma posição de destaque tanto no contexto estadual quanto nacional. Some-se a isto a existência de elites que se preocuparam em retornar investimentos para aumentar o potencial de acumulação e alguns dos melhores indicadores sociais de Minas Gerais e do Sudeste. Encontramos desse modo, as justificativas tanto para o desejo de emancipação, quanto para a luta pela integridade territorial do Estado.

Tais conflitos se personificam naquilo que Poulantzas chama de “homogeneização para dentro e diferenciação para fora” (1990), embora o próprio autor tenha destacado que esse processo possui inúmeras contradições, estabelecendo quebras e continuidades entre os Estados nacionalmente constituídos e mesmo dentro destas nações.

Percebemos a reação “mineira”, pautada sobre a ideologia da “mineiridade”, numa tentativa de contrapor aos argumentos econômicos inegáveis, uma argumentação cultural-ideológica de forte conotação tanto dentro quanto fora do território mineiro.

Para Arruda, a mineiridade “Seria uma visão que se construiu a partir da realidade de Minas e das práticas sociais. Por fundar a figura abstrata dos mineiros, a mineiridade tem características do mito; estes, ao identificarem-se com essa construção, absorvem o pensamento mítico e colaboram para a sua permanência; o mito quando politicamente instrumentalizado, adquire dimensão ideológica” (Arruda, 1990: 189).

A identidade regional mineira é uma das mais fortes dentro da Federação brasileira. Com ilustres representantes nas artes — Carlos Drummond de Andrade, Guimarães Rosa, Milton Nascimento — e na política — Tiradentes, Tancredo Neves — a mineiridade predisps os parlamentares constituintes a não alterarem a conformação territorial de Minas. Para os mineiros — e para a mineiridade — a desarticulação territorial de Minas poderia, em última instância, comprometer a própria organização territorial do Brasil.

É comum os mineiros argumentarem que a divisão territorial de Minas desequilibraria a constituição federativa brasileira, criando prerrogativas para a separação de partes de seu território.

Os triangulinos tentaram construir uma nova identidade regional a partir da incorporação da resistência negra e indígena durante a época colonial. Embora naquele momento fossem considerados “empecilhos” à plena realização do capital regional, a partir da campanha de 1988 sua resistência aparece como atributo da triangulicidade — e da resistência do “povo” triangulino em ser assimilado pelos mineiros. Concordamos com Soja, para quem: “Essa dinâmica da regionalização e do regionalismo subnacionais não pode ser facilmente generalizada — ou especificada —, pois é essencialmente conjuntural e, periodicamente, sofre uma reestruturação substancial”(Soja, 1993: 199).

A partir da negação dos atributos da mineiridade — “no Triângulo não existem montanhas, o triangulino teria ampla visão, enxergaria longe” — os emancipacionistas procuraram construir uma nova identidade regional — a “Triangulicidade”.⁴ Apresentaram os mineiros como “introspectivos, de caráter moldado pela montanha e seu conseqüente isolamento”. Ao afirmarem que a cultura histórica de Minas foi pouco expressiva na região, enquanto é muito forte no resto do Estado, principalmente na região Central, tentaram, enfim, construir uma ideologia da triangulicidade antagônica e complementar àquela da mineiridade.

Os triangulinos tentaram afirmar sua identidade a partir da referência à fisiografia e à economia regionais, a uma história negligenciada pelos mineiros, ao não pertencimento à “Minas histórica”, apostando na criação de uma nova “comunidade imaginada”.

Alguns exemplos de argumentos apresentados pelos triangulinos para reivindicarem a autonomia regional frente a Minas Gerais:

“Nossas raízes não são mineiras, e sim o resultado da cultura de três estados que formaram o Triângulo: São Paulo, Goiás, Minas Gerais (...) O Triângulo nasceu em São Paulo, de onde recebeu a capacidade de trabalho e a determinação de abrir novas fronteiras; a ‘infância’ foi passada em Goiás, de onde recebeu o sentimento de brasilidade. Finalmente, a ‘adolescência’ foi passada em Minas Gerais, de quem herdou o espírito indomável da ‘liberdade’ de um povo que não admite ser escravo de ninguém” (*Correio de Uberlândia*, 7/110/87).

Ao longo do processo, o território é humanizado, transformado em “ator”, participante que possui sentimentos, deseja emancipar-se —

territoriais e sociais. Como expressão da territorialidade dos locais, o regionalismo se baseia na Geografia do poder (...). O regionalismo, por sua vez, é uma resposta possível à regionalização, uma ‘formação reativa’, para tomarmos um termo usado para descrever a filiação étnica e outras identidades comunitárias. O regionalismo pode assumir muitas formas políticas e ideológicas diferentes, que vão desde a solicitação aquiescente de recursos adicionais até as tentativas explosivas de secessão (Hadjimichalis, 1986)” (Soja, 1993: 184 e 199).

4. Utilizamos esse termo para contrapô-lo à mineiridade. A triangulicidade seria desse modo, uma tentativa de construir uma identidade regional, pautada em atributos psicológicos e sociológicos, influenciados pela Geografia e pela História “regionais”, negligenciadas pelos mineiros.

Portanto, teria o mesmo caráter ideológico de ocultamento, agregação e homogeneização da mineiridade. Neste sentido afirmamos que a triangulidade seria uma negação-incorporação da mineiridade.

emancipação esta comparada à maioria dos indivíduos — em suma, antropomorfiza-se. Ao ganhar sentimentos, ao expressar e possuir emoções humanas o território e sua representação maior, os mapas, aparecem humanizados, numa clara referência ao simbolismo — e principalmente à ideologia — das representações cartográficas. No trecho destacado, o crescimento econômico regional, suas diferentes fases de inserção na economia capitalista do Brasil são comparados à “evolução” biológica do indivíduo, com o nascimento, a infância e o amadurecimento, predispondo-o à emancipação. Destaca-se novamente a incorporação negação dos “atributos da mineiridade”: os triangulinos se apropriam de um dos ícones da mineiridade — o desejo de liberdade — para justificar o seu desejo de emancipação.

Há tentativa de criar um caráter de “eternidade” (Anderson, 1989) do movimento e da cultura triangulina. Esta transparece quando ao discurso pela emancipação incorporam-se os primeiros habitantes locais — os índios — eliminados durante as fases de ocupação econômica do Triângulo: “Os primeiros habitantes de nossa região foram os índios caiapós, que aqui chegaram antes mesmo do Brasil ser descoberto” (“Estado do Triângulo, depende de nós”, *Cartilha da CET*, 1988)

Acontece quase uma inversão de papéis: parece que o Triângulo já existia mesmo antes do Brasil. O território físico é de fato, bastante antigo. No entanto, o que diferencia este território, o que lhe confere um nome e vários usos econômicos são as sociedades humanas. Quando os triangulinos apresentam os caiapós como primeiros habitantes do Triângulo, temos um pressuposto do Estado nacionalmente constituído: a idéia da antiguidade do território.

No plano econômico, o discurso da emancipação enfatiza a pujança da economia do Triângulo, os investimentos de capital que os próprios triangulinos ali realizaram, além dos excelentes indicadores sociais, em alguns casos, superiores aos de São Paulo.⁵ Os triangulinos apontam a drenagem de recursos que Minas Gerais realiza na região. Apostam na emancipação como alternativa para que os recursos regionais permaneçam no Triângulo, favorecendo um maior crescimento regional. Procuram destacar que o novo Estado não representaria custos adicionais à Federação, pois os recursos locais seriam suficientes para a implantação de nova máquina administrativa. Procuraram convencer a todos, população e parlamentares, que o Estado do Triângulo seria viável, uma vez que este contava com uma base econômica forte, estável e criada a partir dos capitais e recursos regionais.

Os documentos produzidos pelo movimento procuram destacar o potencial agrícola regional, sua produção mineral, a pecuária, o potencial hidrelétrico e o “baixo” retorno da arrecadação de impostos estaduais na região:

“(O Triângulo) Contribui com 45% de toda produção de grãos de Minas Gerais (...). As reservas brasileiras de nióbio são de 90% do total mundial. Dessas, 96% estão no Estado do Triângulo. (...) A região do Estado do Triângulo

5. A Fundação João Pinheiro calculou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para os municípios mineiros, comparando-os a outros Estados brasileiros. O IDH médio do Triângulo, em 1991, correspondia a 0,817, ficando o de Minas Gerais em 0,735 e o de São Paulo em 0,819.

tem um rebanho bovino com cerca de sete milhões de cabeças, o que corresponde a 35% de todo o rebanho de Minas Gerais, que é de vinte milhões de cabeças (...); gerando 13.000 MW, as usinas hidrelétricas das bacias do Grande e Paranaíba, na área do futuro Estado, contribuem com 37% de toda a energia produzida na região Sudeste. É o maior potencial hidrelétrico do mundo, com 14 usinas. A região contribui com 17% da arrecadação do atual Estado, que nela aplica apenas 5% do imposto recolhido" ("Por que o Estado do Triângulo?", *Cartilha da CET*, 1988).

No entanto, verificamos, a partir de dados da Seplan,⁶ que a arrecadação e os investimentos no Triângulo são compatíveis. O objetivo, neste caso, é a necessidade de justificar a emancipação regional.

Ressaltamos o papel ideológico de formação, no imaginário coletivo, de uma "idéia" de Triângulo forte, poderoso, existente de fato mas não de "direito". Muitas vezes, a região é apresentada como a "mesopotâmia" brasileira por sua posição entre rios e como zona de passagem privilegiada, o que potencializou o crescimento econômico regional, além de conferir "um caráter universalista aos triangulinos". É apresentada ainda como região progressista e homogênea: "Uma região rica — base para um Estado progressista: (...) o futuro Estado do Triângulo tem tudo para caminhar sozinho e se tornar um Estado progressista e homogêneo" ("Estado do Triângulo — depende de nós", *Cartilha elaborada pela CET*, 1988).

Aparece a problemática da homogeneização regional. Segundo Poulantzas (1990) e Marmora (1986), a homogeneização é engendrada pelo capitalismo como condição para a continuidade de seu crescimento e acumulação. No entanto, ambos demonstram as determinações contraditórias do conceito simples de capital presentes nesse processo. Ao mesmo tempo que o capital necessita de um espaço amplo — leia-se global — para sua reprodução, esta somente se materializa em parcelas fragmentadas desse espaço. Logo, tanto a globalização quanto a fragmentação política são processos complementares e concomitantes. São complementares na medida em que engendrados pelo mesmo "agente" (o capital) e são concomitantes porque o capital elege áreas que, por razões as mais diversas, serão o *locus* privilegiado de investimento. E, ao fazer isso, cria continuidades e fraturas. Segundo Soja, "Há uma tendência persistente para a crescente homogeneização e redução dessas diferenças geográficas. Essa tensão dialética entre diferenciação e igualação é a dinâmica subjacente do desenvolvimento geograficamente desigual. Constitui uma fonte primordial da problemática espacial em todas as escalas geográficas, desde o imediatismo da vida cotidiana no local de trabalho, em casa (...), até a estrutura mais distante da divisão internacional do trabalho e da economia capitalista mundial" (Soja, 1993: 133).

O Triângulo se insere nos dois processos. Sua diferença frente a Minas Gerais ocorre devido a uma localização que se torna estratégica à medida que há um processo de concentração econômica em São Paulo. Seus recursos hidrelétricos consideráveis estão próximos do mercado consumidor. O potencial em minerais estratégicos como o nióbio e as terras raras, embora

6. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Minas Gerais. "Com relação às finanças públicas, a região ocupa a segunda posição relativa em termos de arrecadação total de ICMS no Estado, detendo, em 1991, 11,09% do total estadual (...). Quanto às transferências estaduais, cabe observar que, em 1991, a cota-parte do ICMS destinada aos municípios do Triângulo representa 10,35% do total destinado a todos os municípios do Estado, colocando a região na quarta posição relativa (...)."

não estejam relacionados à ação humana, trazem a região para o “cenário” estratégico mundial. O clima ameno e os solos que, se não são naturalmente férteis, foram eleitos como espaço privilegiado de pesquisa para a produção de soja, levaram à alteração do perfil agrícola regional. Afirmando sua “homogeneidade” interna frente à “heterogeneidade” mineira, os emancipacionistas almejam a “independência” regional.

Podemos observar no caso do Triângulo, embora o objetivo não fosse a criação de outro Estado Nacional, a reprodução de processos que concorrem para a formação deste. Questionamos até que ponto existe tal homogeneidade interna no Triângulo, pois, além de inúmeras críticas ao conservadorismo das elites locais, percebe-se a existência de grandes disparidades internas na região emancipacionista.

Além dessas diferenciações culturais e econômicas, os emancipacionistas tentaram se apropriar da Geografia regional com o intuito de diferenciar, ainda mais, o Triângulo de Minas Gerais. O Estado aparece associado a um organismo sociológico, que tende a se esfacelar, dessa forma se multiplicando em um tempo homogêneo e vazio: “A idéia de um organismo sociológico que se move pelo calendário através de um tempo homogêneo e vazio apresenta uma analogia precisa com a idéia de nação, que também é concebida como uma comunidade compacta que se move firmemente através da história” (Anderson, 1989: 35).

Os emancipacionistas almejam o Estado do Triângulo com base em argumentos de cunho evolucionista. Fazem, indiretamente, uma analogia com o que o autor chamou de “um organismo sociológico que se move pelo calendário em um tempo homogêneo e vazio”. Desta forma, os emancipacionistas apresentam a “comunidade triangulina” como antiga e sua luta como algo secular que mesmo derrotada, continuará em seu caminho rumo à emancipação.

As críticas em relação à campanha dizem respeito ao fato de que, em se criando o novo Estado, haveria maior distribuição da riqueza regional, ou se esta permaneceria concentrada; se o fato de o “poder” ficar próximo do povo efetivamente traria maior organização popular ou se iria dificultar este processo. E ainda, se a proximidade geográfica traria proximidade política e decisões mais democráticas. Além disso, pode-se dizer que “elites regionais não formam um bloco de capital com um discurso organizado”.

Observa-se uma tentativa de definir o perfil do triangulino contrapondo-o à mineiridade:

“O triangulino não cultiva a mineiridade. Esta região tem sido ponto de apoio estratégico das grandes rotas nacionais norte-sul, leste-oeste. Deste processo de acumulação gerado pelo permanente convívio, assimilamos um comportamento cosmopolita universal. Somos todos forasteiros bem-vindos e integrados” (“Por que o Estado do Triângulo?”, *Cartilha da CET*, 1988).

De fato, a região faz a ligação entre leste-oeste e norte-sul do Brasil. Porém isso não é decorrência de nenhuma vocação especial para o cargo, mas consequência do processo de concentração espacial do capital.

E, apesar do movimento triangulino não pretender a criação de um Estado Nacional, incorporou, em seu discurso, diversos elementos considerados prerrogativas deste, como por exemplo, a questão da soberania: “Estado do Triângulo — uma questão de soberania do povo triangulino” (*op.cit*).

A soberania no mundo contemporâneo tem sido um atributo do Estado Territorial Nacional. Como esta pode ser reivindicada por uma “comunidade” que não questiona seu pertencimento a este Estado? O movimento justifica, portanto, a necessidade de “soberania” pela via ideológica, associando-a à maioria jurídica do indivíduo.

O fato do triangulino ser apresentado pelos emancipacionistas como “empreendedor, arrojado, progressista, trabalhador” tem um forte peso no imaginário, pois, em princípio, ninguém quer ser retrógrado, reacionário, atrasado, preguiçoso. Por que então a adoção desses atributos? Porque eles são mais facilmente identificáveis em qualquer pessoa, em qualquer tempo e lugar, e ainda deixam pouca margem ao questionamento do “ser triangulino”. Deste modo, supera-se um problema relativo à “mineiridade” que é sempre apresentada como “antiga” frente à “triangulidade” relativamente “nova”. Negar que se pertença, portanto negar o reconhecimento como iguais, e assumir diferenças de “dentro para fora” não deixa de ser uma tentativa de forjar uma nova condição de pertencer. Ao afirmarem: “nós não somos mineiros, nunca fomos” trazem a dimensão temporal de eternidade e de comunidade para o movimento.

Quanto aos argumentos “geográficos” empregados para justificar a emancipação triangulina, estes se reportam àqueles aspectos de solos, relevo, potencial hídrico que diferem o Triângulo do resto de Minas Gerais. Negam a existência de “montanhas” na região, embora estas inexistam em todo o território atual do Brasil. Tais argumentos procuram enfatizar a região como zona de passagem, como “mesopotâmia”; contrapõem as montanhas à presença de chapadões e campos em sua paisagem, negando ou ocultando as serras. Isso sem contar as reiteradas vezes em que os emancipacionistas recorrem aos dados econômicos, ao potencial em recursos mineiros e energético, às taxas de urbanização, ao grau de industrialização. Portanto, é uma apropriação simbólico-ideológica da Geografia triangulina, associada às suas características sociais e econômicas como elementos de diferenciação do resto de Minas, a partir de sua reelaboração.

A geografia apropriada pelos emancipacionistas aparentemente não permite muitos questionamentos. Porém, o que apresentam, e as formas pelas quais se apropriam da mesma permitem questionar a própria “essência” do “saber geográfico”: será que a geografia é apenas a descrição dos aspectos físicos de um determinado lugar? E mais: será que os próprios conceitos norteadores desta descrição não seriam passíveis de erros — presentes em qualquer ciência — e não seriam também profundamente ideológicos? Observamos muitas vezes a apropriação de conceitos deterministas na descrição da “geografia triangulina e mineira”: a influência das “planícies” e das “montanhas” presentes nas construções sociológicas e psicológicas do “caráter triangulino e mineiro”.

Para nós, mais do que a extensão territorial, o que explica as diferenças entre os espaços é o capital em sua determinação contraditória, que criará, portanto, lugares diferenciados não mais pelo clima ou relevo, mas em função de maior ou menor integração com o centro. Dessa forma, “O capital é incapaz de ou não se interessa em dominar todo o espaço em conjunto, permitindo a persistência de formas de organização que passam a ter novo sentido e selecionando os espaços que mais facilidades oferecem” (Becker, 1982: 165).

Outro grupo de argumentos centra-se nas contribuições que o futuro Estado do Triângulo poderia oferecer à Federação: primeiro, por não representar custos adicionais à mesma, de vez que os triangulinos teriam condições de financiar o “seu” Estado; segundo, porque este “novo” Estado poderia contribuir com mais impostos para a Federação. As críticas a esses argumentos são de duas naturezas: quem pagaria tais custos, uma vez que eles existiriam; quem fez esta discussão, e como ela foi elaborada.

Os emancipacionistas procuram enfatizar que uma região territorialmente menor seria mais facilmente administrada. Que, sendo menor, o poder, as decisões estariam mais próximas do “povo”. No entanto, avanços sociais ou decisões mais democráticas dependem muito mais de novas formas de gerir, ver e permitir a participação da sociedade no poder do que da simples proximidade geográfica. E não é pelo fato de um Estado possuir maior ou menor extensão territorial que se tornará mais ou menos democrático ou promoverá o crescimento econômico com diminuição das desigualdades sociais.

De acordo com as cartilhas consultadas, o futuro governo triangulino investiria em saúde e educação, ao mesmo tempo que favoreceria o crescimento econômico regional. No entanto, nenhuma delas traz propostas objetivas ou diretrizes explicando de que modo tal governo conseguiria isto. Transparece um certo ufanismo frente ao potencial econômico regional. Este potencial promoveria o crescimento regional e melhoraria, concomitantemente, as condições sociais.

Os problemas sociais presentes no discurso emancipacionista dizem respeito ao crescimento desordenado da população, à imigração e ao conseqüente aumento de submoradias, favelas, da criminalidade e até, para alguns, à concentração de renda.

Notamos entre algumas lideranças do movimento, um certo “desconhecimento” dos problemas sociais da região. Outros, por sua vez, não negaram os problemas, mas não apresentaram propostas de como o futuro governo triangulino os solucionaria. Destaca-se novamente o argumento que as elites regionais “não formam um bloco de capital com um discurso unificado”.

Críticas ao movimento dentro do Triângulo relacionam-se à pequena organização da classe trabalhadora, à participação da UDR — União Democrática Ruralista — em toda a campanha, ao conservadorismo e autoritarismo das elites regionais, na medida em que as decisões vêm de

cima para baixo. As práticas clientelistas, o nepotismo, a grande concentração da renda nas cidades triangulinas, o empreguismo e os custos em salários, que viriam com a criação de um novo Estado, também são apontados. O movimento é tratado como um “separatismo de ricos”. A grande exploração dos trabalhadores e uma certa imposição da “ideologia do conformismo” presente entre os mesmos, aparece como um problema regional, além do despreparo e da falta de discussão — destes e com estes — frente à problemática da criação do “novo” Estado.

Os emancipacionistas, aproveitando a diversidade regional tanto nos aspectos físicos quanto humanos e culturais, buscaram reafirmar uma nova identidade. E, ao apresentar a contribuição do Triângulo para a Federação, tentaram provar a viabilidade, a necessidade e as vantagens que a criação de um novo Estado traria ao país.

A imprensa regional se encarregou de ser o porta-voz das propostas emancipacionistas. Os diversos jornais regionais divulgaram continuamente reportagens, crônicas, artigos assinados e charges abordando o andamento do processo emancipacionista. Revistas publicaram números especiais sobre a campanha, destacando suas lideranças, buscando deixar a impressão de um movimento fortemente articulado. Essa participação da imprensa escrita no processo, bem como as campanhas feitas pelos veículos de comunicação em geral, fizeram parte da estratégia da CET⁷ para angariar apoio popular e conferir legitimidade à campanha. A imprensa escrita se encarregou de mostrar como os políticos regionais superaram as oposições partidárias na luta pela emancipação. Procurou destacar que, se a Igreja Católica não se envolveu diretamente nesta campanha, pelo menos não se opôs ao processo. Ocultou os conflitos de classe e as relações de poder no Triângulo.

A imprensa triangulina não apenas referendou a luta emancipacionista, mas atuou intensamente como “formadora de opinião”. De acordo com Siqueira (1995), a veiculação de artigos fornece a credibilidade do assunto ao leitor, ao passo que a publicação de opiniões mexe com o emocional, com o fato de ter nascido em determinado espaço do planeta, enfim, confere uma identidade que não é lógica, racional ou coerente, mas cujo poder e sedução podem levar uma pessoa a morrer lutando por esta fidelidade abstrata.

Utilizando-se da imprensa enquanto veículo privilegiado para a defesa de suas teses, triangulinos e mineiros se apropriaram, quase inconscientemente, do simbolismo presente no espaço através de características diferenciadas ou através de sua representação — os mapas. Ao apresentar os diferentes mapas territoriais, os triangulinos do espaço simbólico do Triângulo, e os mineiros do espaço simbólico de Minas, transformaram esse espaço em um objeto que é também sujeito. Sujeito que possui as emanções dos sentimentos humanos.

Nenhum dos jornais consultados na região colocou-se contra a emancipação. Primeiro porque seus donos estão ligados aos setores que encabeçaram o movimento. Segundo, porque seus leitores também estavam ligados ao movimento. Portanto, para sobreviver, eles teriam que se posicionar a favor, ou, no máximo, de modo “neutro”.

7. A CET — Comissão para Emancipação do Triângulo — congregava os emancipacionistas e era responsável pela articulação da campanha na região.

A proposta apresentada à Assembléia Nacional Constituinte foi parcialmente derrotada. Parcialmente porque conseguiu-se incluir no texto constitucional um dispositivo que prevê a possibilidade de redivisão territorial e, ainda, devido ao fato de a proposta ter ido para a Comissão de Estudos Territoriais e estar lá, aguardando levantamentos sobre a viabilidade do “novo” Estado.

O discurso emancipacionista, veiculado pela imprensa, mais que se apropriar de “mitos” tentou mostrar a ausência deles no Triângulo. Utilizando a ausência de Minas e da mineiridade na região (“montanhas”, Inconfidentes, mineiração, ciclo do ouro), eles procuraram criar uma identidade própria, assentada sobre os “chapadões, a agropecuária, a mesopotâmia, o gosto pelo moderno e pelo trabalho”. Não poucas vezes o discurso na imprensa se iniciava com uma negativa: “não somos mineiros”. E, através de uma nova identificação, procurava levar a uma maior participação popular — dentro dos limites estritamente estabelecidos pelos dirigentes da campanha — para, através dessa pressão, consolidar a criação do “novo” Estado.

Dois fatos se somaram contra o êxito da triangulidade: a) as forças progressistas que não se engajaram ao separatismo e votaram contra; e b) a reação mineira, pautada sobre a ideologia da mineiridade.

Os emancipacionistas se aproveitaram de um determinado momento político nacional — a realização da Assembléia Nacional Constituinte — para tentar viabilizar a criação de seu Estado. Por isso, jogaram tudo na Constituinte. Patrocinaram viagens de parlamentares ao Triângulo, levaram ônibus cheios de emancipacionistas para acompanharem as votações no Congresso. Tentaram se articular a outras campanhas emancipacionistas — Tocantins -, porém, sem êxito. A força da “mineiridade”, a importância numérica da bancada mineira no congresso e sua articulação, sob a liderança discreta do então governador Newton Cardoso derrotaram, momentaneamente, a campanha emancipacionista.

Vejamos alguns argumentos da articulação mineira que levaram à “derrota” emancipacionista.

Um primeiro argumento é o da mutilação do território mineiro e suas conseqüências para a Federação. Caso o território mineiro fosse “mutilado”, este fato abriria um precedente para a “mutilação do território nacional”.

Tal como os emancipacionistas do Triângulo, os mineiros conferiram ao território de Minas Gerais características e emoções humanas. Minas, a “mãe”, — ou o “pai” se preferirem — “chora” a perda do Triângulo — “filho pródigo, que cresceu e agora quer se separar dos pais”.

Uma outra articulação realizada pela “sociedade mineira” acusa o movimento triangulino de oportunista. Acusavam os emancipacionistas de se aproveitarem da riqueza regional para exigirem a separação. E ainda, os acusavam de “egoístas” por não quererem dividir esta riqueza com o resto do Estado, em especial com as áreas mais pobres.

Procuraram destacar os custos para a implantação da máquina administrativa, um empecilho para a concretização do Estado do Triângulo.

Apresentaram aos brasileiros, uma campanha triangulina “despreocupada com os grandes problemas que estavam, naquele momento, afligindo todos os brasileiros, como a inflação”. E afirmavam que, se o Triângulo envia recursos a Minas, esta, com seu poder de negociação federal, potencializa os projetos e investimentos no Triângulo.

O movimento contra a emancipação triangulina, embora menos organizado do ponto de vista da hierarquia, possuía lideranças importantes — o próprio governador do Estado. Foi capaz de articular grandes intelectuais mineiros a favor da manutenção da integridade territorial de Minas. Basta dizer que uma das “frases de efeito” mais utilizadas pela imprensa mineira para defender esta integridade é de autoria de Guimarães Rosa. Já os emancipacionistas do Triângulo não possuíam a mesma articulação. Apenas Mário Palmério, outro escritor conhecido, possuía um certo vínculo histórico com a questão⁸.

A campanha contra a emancipação do Triângulo envolveu, em Minas Gerais, intelectuais de renome, professores universitários e artistas que expressaram, via imprensa, seu repúdio ao processo. É notória a propaganda em que aparece Grande Otelo, um triangulino, defendendo a integridade territorial de Minas.

Em todos os argumentos, há a preocupação em reforçar a ideologia da mineiridade que segundo Dulci (1988), é capaz de dar coesão às elites mineiras. Os anti-separatistas se apoiaram na mineiridade porque esta se constrói, reconstrói e se personifica na diversidade de realidades fisiográficas, de povoamento, culturais e sócio-econômicas do Estado. A mineiridade anula o poder das diversidades ao incorporá-las como seu maior atributo. Afinal, como escreveu Guimarães Rosa, *Minas é muitas* e, se é muitas, comporta e incorpora suas diferenças intra-regionais.

Os mineiros se utilizaram do argumento de “interesses externos em enfraquecer Minas”. Segundo eles, outros Estados teriam esse interesse porque, “além de incomodar os grandes, Minas ofusca a expressão política dos pequenos”. Tentavam, deste modo, provocar a união dos mineiros contra um inimigo externo. Ideologia bastante eficaz pois a “reação natural dos indivíduos”, em caso de ameaça à “pátria”, comportaria inclusive a doação da vida por sua integridade territorial. A presença de um inimigo externo contribuiria para o aprofundamento e resgate da mineiridade, ao mesmo tempo que uniria os mineiros de todas as partes do Estado na defesa da integridade territorial da sua “comunidade imaginada”.

Os mineiros recorreram ainda ao argumento de que “Minas é o fiel da balança” da Federação brasileira, mais uma vez reforçando as inter-relações entre “a nacionalidade” e a mineiridade.

A campanha anti-separatista envolveu diversos segmentos da “sociedade mineira”,⁹ notadamente aqueles setores ligados ao capital. Foi também um “movimento por cima”, assentado sobre entidades de classe representativas do empresariado, dos intelectuais, de jornalistas e da “classe política”. No entanto, diferente da movimentação triangulina, aqui o anti-

8. Palmério foi um dos articuladores da campanha pela emancipação na década de 50 e seu irmão Félix Palmério escreveu um texto em que demonstra os limites territoriais do Estado triangulino publicado pela revista *Convergência*, em 1973.

9. Colocamos “sociedade mineira” entre aspas porque, embora no discurso a abordagem envolva todos os segmentos que se reconhecem mineiros, quem toma a frente do processo são as elites estaduais, representadas pelas entidades de classe de Belo Horizonte.

separatismo possuía uma característica suprapartidária, envolvendo a esquerda e a direita no debate. Os “mentores” da campanha falaram sempre em nome da “sociedade mineira”, embora a efetiva participação popular tivesse sido pouco expressiva.

Houve intensa participação do governador Newton Cardoso, embora este se mantivesse estrategicamente nos bastidores. Ele financiou diversos eventos para convencer os constituintes de manterem Minas indivisa.

Do mesmo modo que os emancipacionistas do Triângulo se organizaram em torno da CET, os anti-separatistas mineiros se aglutinaram em torno do Movimento Cívico pela Unidade de Minas (MCPUM). E a grande liderança não se personificou em indivíduos, mas na Associação Comercial de Minas (ACMinas). As lojas maçônicas se envolveram na campanha anti-separatista, lançando manifestos de repúdio à separação nos jornais mineiros. A Igreja Católica também se manifestou contra a emancipação, assim como as Igrejas Protestantes. Enfim, a campanha anti-separatista contou com o apoio de amplos segmentos da “sociedade civil”.

Um aspecto que se destacou nos artigos consultados é a insistência com que eles se referem ao Triângulo Mineiro, tentando reforçar, no imaginário de seus leitores, a idéia da unicidade entre Minas e a região. No plano do discurso, os mineiros se utilizarão dos mesmos argumentos que os triangulinos.

A apropriação do discurso da mineiridade reforça a idéia da importância de Minas enquanto “equilíbrio da federação brasileira”, pois o “tipo mineiro” encarna como nenhum outro, o “espírito da nacionalidade brasileira”. E, mais do que isso, o “político mineiro” sabe garantir a ordem e o progresso na medida em que, por “seu espírito de conciliação”, foi e é o único capaz de ajudar o país a superar as graves crises por que passou ou que venha ainda a passar.

Observamos que a argumentação mineira contrapõe-se aos argumentos triangulinos e vice-versa. Se os emancipacionistas embasaram seus argumentos econômicos a partir de um levantamento realizado pela Universidade Federal de Uberlândia, os anti-separatistas encomendaram estudos aos órgãos de planejamento do Estado. Se os triangulinos reclamavam de poucas obras, o governo mostrou com números a inverdade deste argumento. Se historicamente os triangulinos alegavam não pertencer a Minas, os mineiros se referiam à região como Triângulo *Mineiro*, reforçando, ideologicamente, essa noção de pertencimento. Se os triangulinos se autoproclamavam ricos, os mineiros questionavam por que eles não queriam repartir essa riqueza — adquirida com sacrifícios de todo o Estado. E se os triangulinos tentaram criar a triangulidade, os mineiros responderam com a re-elaboração e a retomada dos argumentos da mineiridade.

As razões contrárias à emancipação do Triângulo e Alto Paranaíba foram, pois, de dois tipos: de ordem econômico-política e de ordem histórico-cultural. As razões sócio-econômicas centraram-se nos investimentos já realizados na região pelos governos estadual e federal. Portanto, caso a

emancipação se concretizasse, Minas perderia força econômica e fôlego político, com a redução de sua bancada no Congresso.

As razões de ordem histórico-cultural basearam-se no argumento da mineiridade, na indivisibilidade de um território que é mais do que um pedaço de terra, é uma releitura e uma apropriação simbólica deste. É histórico, é emoção, é cultura — a mineiridade. Desse modo, um território qualquer poderia até ser dividido. Mas, uma história e uma cultura, não.

O território mineiro adquire unidade a partir de sua diversidade, que transforma-se em atributo da mineiridade. Os mineiros, ao incorporarem ao seu discurso contra a emancipação a frase de Guimarães Rosa, *Minas é muitas*, anularam o poder explosivo das diversidades físicas, sociais, históricas, culturais e econômicas presentes em seu território. E tal diversidade tornou-se ela mesma, parte da mineiridade. São considerados atributos psico-sociológicos dos mineiros: “seu senso de equilíbrio, o bom senso, o gosto pela conservação e a ordem”. De acordo com Dulci, “Em Minas Gerais construiu-se um tipo de identidade regional fortemente marcada por símbolos políticos” (Dulci, 1988:1).

É justamente este simbolismo político de Minas Gerais que marcou a campanha anti-separatista, pois seus artífices usaram os nomes e personalidades de Tiradentes, Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves, entre outros, para defender a integridade territorial do Estado. Ainda de acordo com Dulci, a mineiridade teria três funções ideológicas: a) “Servir como ideologia da classe dominante”, no sentido de organizá-la; b) servir como legitimador das relações entre as elites, a partir do compartilhar dos “valores e símbolos regionais”; e c) “fortalecer os interesses de Minas Gerais no contexto da Federação, pois, quando usada politicamente, homogeneiza, uniformiza a personalidade dos mineiros (...) projetando no cenário nacional um conjunto homogêneo” (Dulci, 1988: 17-8).

Deste modo, a campanha pela emancipação do Triângulo e Alto Paranaíba permitiu a re-elaboração da mineiridade, sua atualização política e uma reorganização dos atores envolvidos no processo anti-separatista.

O argumento triangulino, que a região faz a ligação norte-sul, leste-oeste no Brasil, é reescrito pelos mineiros: agora, é Minas, “estado mediterrâneo”, que se encarrega de ligar norte-sul e leste-oeste.

A campanha mineira não possuía a mesma organização burocrática e hierárquica da campanha triangulina; no entanto, possuía uma maior organização política, apoio de diversos intelectuais e artistas de prestígio e uma melhor campanha de marketing institucional.

No plano econômico, os mineiros afirmavam que, se Minas perderia com a emancipação, o Triângulo e o Alto Paranaíba perderiam ainda mais: caso ocorresse a emancipação, esta área, no contexto nacional, representaria apenas o 14º PIB — Produto Interno Bruto — e o 15º Estado em arrecadação de ICMS — Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Como no Triângulo, a imprensa escrita mineira participou ativamente da campanha pela integridade territorial de Minas. Ao veicular o discurso

oficial, ao apontar os problemas para Minas e para o Triângulo com a emancipação, o referendou. Ao apostar numa identidade comum a todos os mineiros e ao destacá-la em suas páginas, a imprensa mineira reacendeu o debate sobre a mineiridade e reelaborou o orgulho de “ser mineiro”. Ao apresentar Minas como um território antropomorfizado, conferiu-lhe identidade e identificação com as emoções humanas, angariando simpatias não apenas na região central, mas também em outras subregiões de Minas. A imprensa foi, portanto, um ator no processo político que estudamos. E, talvez, um ator consciente de seu poder de convencimento e articulação.

Os embates entre triangulinos e mineiros ocorreram nos planos institucional, político e ideológico. Sua articulação foi semelhante, embora os triangulinos não tenham logrado êxito em seu intento claro — a emancipação regional.

Ao longo do processo, o território foi (re)apropriado ideologicamente, ganhando sentimentos, antropomorfizando-se. Tanto triangulinos quanto mineiros tentaram reafirmar sua identidade com base no território, nos pressupostos de “soberania” e na “vontade popular”, historicamente atributos do Estado Territorial Nacional.

Acreditamos que o movimento serviu aos mineiros na medida em que significou um resgate de Minas Gerais no contexto da Federação e que demonstrou a necessidade de homogeneização interna, tanto no plano econômico quanto cultural. Demonstrou, para estes, a necessidade de um projeto político mais amplo e integrador. Serviu também para o resgate e a (re)elaboração da mineiridade, permitindo uma articulação das elites regionais em torno da integridade territorial do Estado. E a mineiridade conseguiu uma vitória quanto ao que explicitava como fundamental: manteve Minas coesa.

Para os triangulinos, embora não tenham logrado êxito naquilo que colocaram como objetivo explícito — a emancipação — conseguiram chamar atenção para suas reivindicações econômicas: o término da construção da usina de Nova Ponte, a aprovação da duplicação da rodovia MG-050 e galgaram mais cargos na burocracia estadual e regional. Algumas lideranças do movimento ganharam projeção política dentro e fora de Minas Gerais; enfim, ambos tiveram mais ganhos que perdas com o processo.

De certo modo, estabeleceu-se, mais uma vez, uma relação simbiótica que colocou em evidência o especialíssimo regionalismo mineiro no cenário nacional. Ao afirmar a posição de Minas neste contexto, não deixou de contribuir para aumentar a auto-estima dos mineiros, quer fossem do “Triângulo” ou do “Jequitinhonha”.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, B. (1989). *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática.

ALMEIDA, L. F. R. de. (1995). *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo, Educ.

- ARRUDA, M. A. M. (1990). *Mitologia da mineiridade*. São Paulo, Brasiliense.
- BECKER, B. K. (1982). *Geopolítica da Amazônia*. Rio de Janeiro, Zahar editores.
- BECKER, B. K. & EGLER, C. A. G. (1993) *Brasil — uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BRANDÃO, C. A. (1989). *O Triângulo: capital comercial, geopolítica e agroindústria*. Dissertação de Mestrado. Cedeplar, UFMG.
- CAMARGO, A. "A federação acorrentada: nacionalismo desenvolvimentista e instabilidade democrática". XVI Encontro Anual da ANPOCS, 20 a 23 de outubro, Caxambu, MG.
- CLAVAL, P. (1984). *Espaço e poder*. Rio de Janeiro, Zahar editores.
- DULCI, O. S. (1988). "Identidade regional e ideologia: o caso de Minas Gerais" *Textos de Sociologia e Antropologia*, UFMG, nov/dez.
- FREITAS, P. S. R. & SAMPAIO, R. C. (1985). *Sinopse do diagnóstico sócio-econômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. UFU, Uberlândia.
- FUNDAÇÃO João Pinheiro. (1997). *Condições de vida nos municípios de Minas Gerais 1970 — 1980 — 1997*. Belo Horizonte.
- GUIMARÃES, E. N. (1990). *Infra-estrutura política e movimentos de capitais: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho*. Dissertação de Mestrado. Cedeplar, UFMG.
- HOBBSBAWN, E. J. (1990). *Nações e nacionalismos desde 1789*. São Paulo, Paz e Terra.
- LONGHI, R. S. D. G. (1997). *Unidade e fragmentação: o movimento separatista do Triângulo Mineiro*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP.
- MÁRMORA, L. (1986). *El concepto socialista de nación*. México, Siglo XXI.
- MARTIN, A. R. (1993). *As fronteiras internas & a questão regional*. Tese de doutorado. FFLCH, USP.
- PALMÉRIO, F. (1973). "A emancipação do Triângulo no plano da redivisão territorial do Brasil: fundamentos históricos, geográficos e constitucionais" *Convergência, revista da Academia de Letras do Triângulo Mineiro*, ano III, n. 4/5, 1º e 2º semestres.
- POULANTZAS, N. (1990). *O estado o poder o socialismo*. Rio de Janeiro, Graal.
- SEPLAN. (1994). *Perfil sócio-econômico da macrorregião de planejamento IV — Triângulo Mineiro*. Belo Horizonte.
- SIQUEIRA, M. M. (1995). *O imenso país fora do mapa: a mineiridade no centro do Triângulo: imaginário, comunicação e formação de opinião*. Monografia, Fafich, UFMG.
- SOJA, E. W. (1993). *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor.
- Cartilhas da CET*. (1987-8). "Por que o Estado do Triângulo?".
- _____. (1987-8). "Estado do Triângulo — depende de nós".
- Jornais:
Correio de Uberlândia, 7/10/87, 26/4/89 e 27/4/89.
Estado de Minas, 29/5/87, 8/5/88 e 26/4/89.